

# Da América para o Mundo e do Mundo para a América: Inquietudes em torno da missão *ad gentes*

*De América hacia al mundo y del mundo hacia América:  
Inquietudes en torno a la misión *ad gentes**

*From America to the World and from the World to America:  
Concerns about the mission *ad gentes**

Stefano Raschietti <sup>1</sup>

## Resumo

Esta reflexão surge de tema apresentado junto ao VI Congresso Missionário Americano (CAM6), realizado em Porto Rico de 19 a 24 de novembro de 2024, com cerca de 1.300 participantes de todo o continente. De estrutura oral, a narrativa aborda a vocação missionária *ad gentes* da Igreja e sua implementação, na perspectiva da América Latina, com observações sobre as dificuldades para realizar a vocação de sair *ad gentes*. Para isso, trata da questão histórica, com especificações para o contexto colonial relacionado à implementação missionária, levando em conta as mudanças na compreensão da missão e do próprio ser da Igreja, capaz de assumir uma missão *ad gentes* no sentido de sair de seu próprio contexto e ir às fronteiras, na perspectiva de compartilhar e viver junto aos pobres.

Palavras-chaves: *ad gentes*; América Latina; missão; mundo.

## Resumen

Esta reflexión surge de tema presentado en el VI Congreso Americano Misionero (CAM6), que se realizó en Puerto Rico del 19 al 24 de noviembre de 2024 con unos 1300 participantes de todo el continente. De estructura oral, el relato aborda la vocación misionera *ad gentes* de la Iglesia y su puesta en práctica, desde la perspectiva de América Latina, con observaciones sobre las dificultades para realizar la vocación de salir *ad gentes*. Se aborda pues, la cuestión histórica, con las especificidades del contexto colonial relacionado con la implementación misionera, teniendo en cuenta los cambios en la comprensión de la misión y del ser mismo de la Iglesia, capaz de asumir una misión *ad gentes* en el sentido de salir de su propio contexto e ir hacia las fronteras en una perspectiva de compartir y convivir con los pobres.

**Palabras Claves:** *ad gentes*; América Latina; misión; mundo.

<sup>1</sup> Doutor em Teologia Dogmática (missiologia). Assessor do CELAM. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6235-8946> Email: [rasquio@yahoo.com.br](mailto:rasquio@yahoo.com.br)

## Abstract

This reflection originates in the context of the VI American Missionary Congress (CAM6) that took place in Puerto Rico from November 19-24, 2024 with some 1300 participants from all over the continent. With an oral structure, the narrative discusses the missionary vocation *ad gentes* of the Church and its implementation, from the perspective of Latin America, with observations on the difficulties in fulfilling the vocation of going out *ad gentes*. To this end, it comments on the historical issue, with specifications for the colonial context of the missionary enterprise, taking into account the changes in the understanding of mission and of the very being of the Church, in order to assume a mission *ad gentes* in the sense of leaving its own context and going to the frontiers in a perspective of sharing and living together with the poor.

**Keywords:** *ad gentes*; Latin America; mission, world.

## 1. Introdução

Propuseram-me um tema amplo para expor junto ao VI Congresso Missionário Americano (CAM6), com a possibilidade de abordagens multidisciplinares do ponto de vista histórico, antropológico, sociológico, teológico, pastoral. Pela amplitude temática, surgiu o dilema de precisar optar por um recorte, por não ser possível dar conta de tudo. Debrucei-me na direção da América ao mundo, com alguma alusão também à outra direção, a do mundo para América, enfocando algumas inquietudes que eventualmente dificultam um decisivo impulso missionário *ad gentes*. Diante disso, é preciso considerar que o motivo principal de convocação do CAM6 é chamar a atenção sobre a importância da missão *ad gentes* e *ad extra* (além-fronteiras), para incentivar e renovar o engajamento de nossas Igrejas locais na cooperação missionária com as Igrejas de outros continentes, especialmente África e Ásia. O apelo é dirigido em particular para a América latina, cujas Igrejas ainda são pouco atuantes na ação evangelizadora universal, embora seja onde se encontre a maior porcentagem de católicos no mundo. Já as Igrejas da América do Norte vêm de uma tradição muito mais arrojada, assim como as do México e as da Colômbia que acabaram de celebrar o centenário de seus congressos missionários.

Revela-se alguma predisposição, mas é bastante perceptível certa estagnação missionária entre Igrejas de pouca atuação na cooperação intereclesial, e Igrejas que deixaram em grande parte de atuar. João Paulo II (publicação de 1991), pela encíclica *Redemptoris Missio* (RMi) 2, leva-nos a perguntar o porquê desse afrouxamento do espírito missionário universal, a despeito de termos discutido, embora não vivido, uma “nova primavera da missão *ad gentes* em nosso continente”, como cita o Documento de Aparecida (DAp) 379. Inclui também refletir sobre qual tipo de caminhos devemos empreender nesse tempo de graça, em que se fala muito de missão e missionariedade, de discipulado-missionário e de estado permanente de missão, de conversão pastoral e de “Igreja em saída”, todas as perspectivas de fé e compromisso hesitantes em serem traduzidos concretamente em firme engajamento “até os confins da terra”.

Há mais de 40 anos, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Puebla (México, 1979), afirmava com ousadia e esperança: “finalmente, para a América Latina, havia chegado a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes” (Puebla, 1979, p. 368). De lá para cá, o que realmente foi feito? De que maneira nossas Igrejas se dispuseram verdadeiramente, com generosidade e determinação, a “dar de sua pobreza a partir da alegria de sua fé, e isso sem descarregar sobre alguns poucos enviados o compromisso que é de toda a comunidade cristã” (Dap 379)?

Por essas questões, as considerações seguintes são apresentadas com o intuito de apontar algumas pistas de reflexão, como tentativas para enfrentar tais inquietudes em torno da missão *ad gentes*.

## 2. A missão *ad gentes* é ainda atual?

A Igreja na América já se questionou sobre o seu próprio desempenho a respeito da missão *ad gentes*. Nos primeiros anos da *década de 1980*, o Departamento de Missões do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM) reuniu *vários expertos misionários, teólogos, pastoralistas, para discutir a questão*, em uma série de reuniões e de iniciativas, das quais saíram algumas obras com títulos bastante sugestivos: “América Latina: sair ou ficar?” (1984) de José Marins e equipe, um trabalho gerado a partir de duas viagens a onze países da Ásia; “A missão a partir da América Latina” (1983), uma coletânea de artigos de um grupo de especialistas, entre eles Carlos Pape, José Comblin e Juan Gorsky; e o opúsculo do teólogo chileno Segundo Galilea (1928-2010): “A responsabilidade missionária da América Latina” (1983), uma instigante provocação para a América Latina “sair de suas tocas”. Essas três obras, em suas distintas propostas, tentavam dar resposta à inquietação: por que a América Latina não está tão comprometida com a missão *ad gentes*? Segundo os autores, era preciso primeiramente abordar sobre o que se entendia por “missão”, e se o modelo da “missão estrangeira” condizia com a realidade sociorreligiosa e eclesial latino-americana. A histórica epopeia da missão do mundo para América deixou um legado ambivalente: de um lado, a entrega e o testemunho despojado de muitos missionários e missionárias oriundos de outros continentes; por outro, a implantação de um modelo de fé e de Igreja desatento às culturas locais. A busca por uma renovada prática missionária mais inculturada, dialógica e libertadora, que pudesse abarcar todas as dimensões da ação evangelizadora da Igreja, todos os âmbitos, internos e externos, e todos os sujeitos do povo de Deus, fazia-se necessária à luz do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín, da Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* e da Conferência de Puebla.

Desperta a atenção uma observação perspicaz de Carlos Pape, quando esse diz que a missão *ad gentes* está diretamente ligada à experiência da própria identidade eclesial: “Enquanto uma Igreja não atinge uma experiência personalizante de seu próprio ser e dos conteúdos que pode transmitir, delega seus compromissos *ad gentes* à esfera das coisas que se aceitam, mas não se vivem” (Pape, 1983, p. 22). Vemos terem muitas coisas que não negamos, mas que não exercem uma influência determinante em nossas vidas, porque não as reconhecemos como prioritárias e relevantes: uma destas é a missão *ad gentes*. Carecemos de convicção e carecemos, talvez, de motivação.



João Paulo II alertava que: “na história da Igreja o impulso missionário sempre foi um sinal de vitalidade, tal como a sua diminuição constitui um sinal de crise de fé” (RMi 2). Apesar disso, *não se pode negar que, em torno da missão ad gentes, paira hoje um certo mal-estar:*

[...] ainda é atual essa missão entre os não cristãos? Não estará por acaso substituída pelo diálogo interreligioso? Não se deverá restringir ao empenho pela promoção humana? O respeito pela consciência e pela liberdade não exclui qualquer proposta de conversão? Não é possível salvar-se em qualquer religião? Para quê, pois, essa missão? (RMi 4).

Em época recente, levas de missionários partiam da Europa ou da América do Norte para além-mar para salvar almas pagãs do fogo do inferno, tornar cristãos católicos todos os povos do mundo e implantar a Igreja em qualquer canto da terra. Para isso consagravam sua vida, aventuravam-se por caminhos temerários, enfrentavam fadigas extremas, passavam necessidades e provações de todo tipo, sofriam com enfermidades terríveis e condições insuportáveis, sucumbiam em confrontos com as populações locais, acabavam perseguidos, presos, torturados etc. Muitos morriam ainda muito jovens e eram logo venerados como mártires e heróis pelas suas Igrejas de origens. Hoje não arriscaríamos mais as nossas vidas pelas mesmas convicções. Temos outra percepção da realidade, outra compreensão dos mistérios da fé. Além do mais, o Concílio Vaticano II nos livrou, definitivamente, da incumbência de executar um certo tipo de tarefas. Em diversas ocasiões, o Papa Bento XVI dizia “que a Igreja cresce não por proselitismo, mas por atração” (DAp 159). E quando o Papa Francisco (2022) dirigiu-se aos Missionários da África: “A proclamação do Evangelho não tem nada a ver com proselitismo. Se em qualquer momento algum de vocês se encontrar a fazer proselitismo, por favor pare, converta-se, e depois continue. O anúncio é outra coisa” (Francisco, 2022). E o que é então esse anúncio? Em outra ocasião, Francisco responde:

A missão cristã não é transmitir alguma verdade abstrata ou qualquer convicção religiosa [...], mas primariamente permitir que as pessoas, que encontramos, possam fazer a experiência fundamental do amor de Deus, e possam encontrá-lo na nossa vida e na vida da Igreja, se formos luminosas testemunhas dele refletindo um raio do mistério trinitário (Francisco, 2024b).

E complementa (2013), por meio da Exortação *Evangelii Gaudium* (EG) que: “os cristãos têm o dever de anunciar o Evangelho, sem excluir ninguém, e não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria, indica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível” (EG 14). A alegria do Evangelho é um valor em si, é pura gratuidade, é pura espontaneidade, é algo que não se contém, que transborda e sai de si: “isso é, definitivamente, a missão” (DAp 360). **Não há mais que salvar ninguém: deixamos a salvação com a misericórdia de Deus.**

Também o decreto *Ad Gentes* (AG) do Concílio Vaticano II (1963) optou por enfatizar uma missão que brota do “amor fontal do Pai” (AG 2), como um instinto, como um jeito de ser da própria natureza divina. Esse intuito muda, sutilmente, o eixo da necessidade de salvação

das almas e de implantação da Igreja, para uma questão de ordem eminentemente teológica: Deus é assim, Deus é missão, Deus é relação porque Deus é Amor (Bíblia, 1Jo 4,8). A razão missionária da Igreja se funda sobre a adesão de fé a um Deus de amor gratuito e incondicional que busca o ser humano, desce do céu, luta e entrega sua vida por um mundo mais humano, como cita a encíclica *Dilexit Nos* (DN) de Papa Francisco (2024a): “Cristo mostra que Deus é proximidade, compaixão e ternura” (DN 35) e, ainda: “a ternura de Deus não nos ama com palavras, mas aproxima-se de nós e, estando perto, dá-nos o seu amor com toda a ternura possível” (DN 36). A única conversão que nos pede é a de amar-nos uns aos outros assim como ele nos amou (cf. Bíblia, Jo 13,34), vivermos como filhos e filhas do Pai e irmãos e irmãs entre nós: nada mais, nada menos que isso.

### 3. A missão ad gentes é colonial?

Um segundo motivo de inquietação, em torno da missão *ad gentes*, é que essa missão estaria vinculada ao colonialismo como braço espiritual de um movimento de expansão do Ocidente cristão desde o século XVI, convertido em exploração dos recursos minerais, agropecuários e humanos dos povos originários do Novo Mundo, expropriação de seus territórios e extermínio de seus habitantes, de suas organizações sociais, de suas culturas, de suas identidades e de seus deuses. A frenética procura pelo ouro era acompanhada pelo infatigável trabalho de sujeição e conversão dos nativos, mão de obra necessária nos engenhos e nas minas. Os testemunhos exemplares de clérigos como Antônio de Montesinos (1475-1540) e Bartolomé de Las Casas (1484-1566), que denunciaram as brutalidades dos conquistadores, infelizmente não representaram no quadro geral da ação eclesial no continente, cuja cumplicidade com os poderes políticos era indiscutivelmente normativa. Esse é um dado histórico sem muitos “mas” nem “poréns” da missão do “mundo” para a América, assim como para a África e para a Ásia.

Contudo, como se não bastasse, esse colonialismo não constitui somente uma ferida profunda que permanece aberta no corpo e na alma dos sobreviventes de toda *Abya Yala*<sup>2</sup>, mas continua atuante no presente como *estrutura subjacente* à modernidade ocidental, como o “lado negro” ganancioso, imperialista, hegemônico, impondo relações assimétricas no âmbito macropolítico, macroeconômico e sociocultural até os dias de hoje. Essa colonização teve também sua contraposição de face humanitária, embora terrível: uma colonização do amor, da bondade, do dom, da verdade, sempre em uma relação de submissão entre o superior branco-cristão-civilizado com o inferior índio/negro-pagão-selvagem. Os missionários dirigiram-se amavelmente a pessoas que não conheciam, consideravam-nas sim, na sua dignidade fundamental como portadoras de alma e de razão, mas que não sabiam usar. Portanto, era essencial subjugar-las, educá-las, convertê-las, para torná-las “iguais a nós”. A missão *ad gentes*, nos moldes de uma conquista espiritual, quase nunca foi colocada em discussão por suas “boas intenções” e “boas ações”, apesar de imersa, em grande parte, no vórtice autorreferencial que chamamos de «eurocentrismo».

Alguém chegou a pensar que o “DNA” imperialista seria congênito ao cristianismo desde suas origens. No entanto, a missão de Jesus e dos Apóstolos, assim como a missão re-

2 Termo alternativo para designar o continente americano, utilizado pelos povos indígenas.



lativa às comunidades dos primeiros séculos nunca foi colonial. O mandato missionário de Mateus, em que o Ressuscitado envia seus irmãos ao mundo para “fazer discípulos todas as nações” (Bíblia, Mt 28,19), nunca foi um programa proselitista – como interpretado durante muito tempo – e sim, um convite a uma comunidade ainda fechada nas tradições judaicas a abrir-se para acolher os não judeus considerados impuros, pecadores, idólatras e, portanto, não merecedores de pertencer ao Povo de Deus. O mandato missionário não envia para conquistar, mas a abrir-se para aquele que nos é distinto, dele se aproximar, ir ao encontro e acolhê-lo. Por isso, o espírito do envio missionário do Evangelho de Mateus é extraordinário na sua provocação, assim como sua teologia do discipulado, pois define o seguimento a Jesus não como adesão a uma confissão religiosa, mas como adoção de uma peculiar prática de vida baseada nas Bem-aventuranças: “não quem diz ‘Senhor, Senhor’ entrará no Reino do Céus, e sim aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus” (Bíblia, Mt 7,21).

Certamente, esse espírito messiânico das origens sempre acompanhou a missão da Igreja, como um dispositivo crítico relacionado aos acontecimentos da história e ao próprio caminho do Povo de Deus. No entanto, sabemos que a profecia do Evangelho foi muitas vezes encoberta por interesses político-comerciais, os quais emergiram da simbiose entre o chamado poder espiritual e o poder temporal. Acreditamos, sem sombra de dúvida, que a presença do Espírito de Deus nunca deixou de agir em meio aos cursos e recursos da história. A questão é saber e reconhecer se as igrejas, e seus emissários, estiveram à altura da tarefa de participação e cooperação com a *missio Dei*, e se ainda estão, pois, conforme Paulo VI (1988), na *Evangelii Nuntiandi* (EN 20), não é possível para a Igreja evangelizar “em profundidade” quando estão em jogo relações de domínio e poder.

Não podemos condenar, *in toto*, o fato de a missão *ad gentes* ter sido colonial e voltar para dentro de nossos âmbitos familiares e socioculturais. As igrejas não podem negar a missão aos povos sem se negar a si mesmas e à universalidade do Evangelho: a Igreja nasceu da missão *ad gentes* e sua vocação é, e sempre será, sair de si para anunciar o Evangelho e fazer discípulos todos os povos. O simples recurso à culpabilidade histórica, obrigando a missão cristã a um recuo estratégico ou a uma moratória definitiva (*missionaries go home!*), não parece ser uma solução razoável porque, além de não reconhecer a própria natureza da Igreja, não conseguiria garantir, de forma alguma, o fim do colonialismo e da opressão exógena e endógena dos povos do mundo. Mas é absolutamente necessário fazer memória e penitenciar-se diante dos crimes cometidos pelo colonialismo histórico e atual. São posturas necessárias porque permitem positivamente uma redefinição das relações de encontro entre diferentes povos e culturas, um caminho mais atento, mais aberto, mais gratuito, mais discreto, mais fraterno, mais dialógico e mais humano. É um caminho de aprendizado discipular que nunca terminaríamos de percorrer. Se o caráter colonial da missão *ad gentes* foi determinado pela *expansão* europeia, o caráter decolonial certamente não será o seu oposto, ou seja, a introspecção e o fechamento, e sim uma nova abertura caracterizada pela tentativa de um encontro autêntico com o outro: precisamos correr esse risco! A expansão em termos de conquista não foi uma abertura para o mundo: foi antes a afirmação da própria identidade sobre a alteridade.

Passar da dominação ao encontro significa respeito, reconhecimento, diálogo, hospitalidade, amizade: significa passar da ansiedade do “salvacionismo” para a calma do convívio e

da partilha; do voluntariado heroico do candidato ao martírio à simplicidade humana do hóspede e do peregrino; da sede triunfante de conquista à proximidade desarmada de quem deve pedir permissão para poder apresentar suas propostas, como refletimos pelo documento de Francisco (2020b) Querida Amazônia (QAm 26); da presunção de quem quer ensinar a sabedoria para a disposição de quem quer aprender. Em suma, uma missão de uma Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, como queria Medellin, engajada na evangelização do pobre para o pobre, como queria Puebla, tendo a inculturação como imperativo do seguimento a Jesus, como queria Santo Domingo, em um processo permanente de conversão pastoral, como queria Aparecida, configurada no diálogo intercultural e na reciprocidade entre os interlocutores, como queria o Sínodo da Amazônia.

#### 4. A missão *ad gentes* não corresponde hoje à ação global da Igreja?

Uma terceira inquietude em relação à missão *ad gentes* diz respeito à sua especificidade e territorialidade. Durante um período em que um regime de cristandade era dominante, ou seja, um estado em que a Igreja como instituição exercia papel social, político e cultural relevante, decisivo e institucional para a vida dos cidadãos, o mundo era dividido em duas partes: países cristãos e países não cristãos. E um país cristão se definia pela maioria de batizados entre seus habitantes e, por isso, supostamente essa maioria era constituída por pessoas já evangelizadas.

Aos poucos, entre os séculos XIX e XX, com a introdução progressiva de perspectivas iluministas e com a constituição de estados laicos, avançava sempre mais a sensação, com posterior constatação, de perda de influência da Igreja nas sociedades tradicionalmente cristãs da Europa. Desde que os padres franceses Henri Godin e Yvan Daniel publicaram, em 1943, o livro “França país de missão?”, a reflexão teológica e a ação eclesial começaram a mudar lentamente de foco, considerando que a missão evangelizadora não dizia respeito somente às terras longínquas em relação aos países cristãos, mas estaria no coração desses países em via de des cristianização.

Assim, o mundo inteiro se tornava uma imensa terra de missão. A Europa, berço da missão *ad gentes*, constitui hoje um desafio missionário de primeiríssima instância, com suas igrejas impactadas cada vez mais pela diáspora da vida social. O próprio João Paulo II na *Redemptoris Missio* chegou a descrever os âmbitos da missão *ad gentes*, abrindo um leque amplíssimo de situações, circunstâncias e condições correlatas a áreas geográficas, fenômenos sociais novos e modernos areópagos, de maneira que essa missão, distinta de alguma forma da nova evangelização e da pastoral missionária, abrange de fato uma multiplicidade de cenários que diluem o significado tradicional da missão *ad gentes* (aos povos não-cristãos). Nesse sentido, o Papa Bento XVI (2006) sustentou que “o campo da missão *ad gentes* tem-se ampliado notavelmente e não é mais possível defini-lo apenas em considerações geográficas ou jurídicas”. Por sua vez, Papa Francisco, em discurso de 2019 direcionado à Cúria Romana, chamou à atenção sobre a realidade sociocultural profundamente mudada:



[...] era mais simples distinguir entre duas vertentes bastante claras: duma parte, um mundo cristão e, da outra, um mundo carecido ainda de ser evangelizado. Agora, esta situação já não existe. [...] Nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos, irmãos e irmãs, na cristandade! (Francisco, 2019).

Ao constatar o fim da cristandade também se ratifica o fim de um modelo de missão *ad gentes*: trata-se agora de se “situar” em outra realidade que exige, por parte da Igreja, o que o Papa Francisco (2013), por sua exortação apostólica *Evangelium Gaudium* (EG), considera como “uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão” (EG 25). O sentido de ir para longe, a anunciar o Evangelho aos não-cristãos, carece hoje de uma motivação fundamental, uma vez que os não cristãos são os vizinhos de casa. Nessa conjuntura, toda ação da Igreja é convidada a se tornar missionária, a redescobrir sua mais profunda essência, a atentar-se às próprias circunstâncias que a impelem a um decidido dinamismo de saída de seus âmbitos e de proximidade com as múltiplas situações humanas e existenciais.

Certamente, essa guinada na prática e na maneira de entender a missão representa um grande avanço para a maturidade da consciência eclesial: todo batizado é missionário e todo povo de Deus é chamado para a missão. Agora, todas as Igrejas locais são missionárias, porque todas se encontram em estado permanente de missão. Portanto, não tem mais sentido aquela distinção colonial entre uma Igreja “constituída” e uma Igreja “missionária”: “Igreja missionária” torna-se modelo e paradigma para toda e qualquer igreja, colocando cada uma em pé de igualdade com a outra. Essa operação, porém, esconde um risco: o de não reconhecer as diferentes situações nas quais as igrejas e os cristãos se encontram, vivem e atuam. O Decreto *Ad Gentes* adverte acerca da existência de condições diferentes onde a mesma missão concretamente se realiza e, ainda, especifica que o termo “missões”, no plural, é referente aos projetos missionários que se exercem em determinados “territórios” onde a igreja local é pequena, perseguida, pobre ou até quase inexistente (AG 6).

O que devemos manter da tradição missionária da Igreja, para não liquidar de vez a missão *ad gentes* da própria missão global da Igreja, é o impulso profético de sair da nossa zona de conforto para ir aos lugares mais afastados, esquecidos e desafiadores. A palavra “missão” aponta sempre de maneira ousada e profética a uma determinada situação extrema, última, fronteira, marginalizada, onde as discípulas e os discípulos missionários são chamados a alcançar. Não se faz missão em qualquer lugar: a missão tem sua “geografia” e seus “interlocutores” privilegiados, fora do ambiente, da comunidade, da cultura de cada Igreja local.

Em primeiro lugar, a missão acontece nas periferias territoriais, socioculturais e existenciais. Periferias essas compreendidas como lugares distantes do centro, lugares de luta pela vida, lugares de exclusão, marginalização, precariedade, transgressão, informalidade, violência, como a Galileia onde Jesus morava, e onde hoje moram as vítimas e os sobreviventes de “um sistema social e econômico injusto na sua raiz” (EG 59). A missão, ontem como hoje, precisa *se situar* em tais contextos. Portanto, falar de missão é também, e essencialmente, falar de

*territórios*, de contextos, de lugares à margem de um sistema, onde a Igreja vivencia um *deslocamento* fundamental em sua percepção do mundo, um compromisso evangélico com os pobres e um engajamento na construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário.

Em segundo lugar, a missão acontece nas fronteiras, nas divisas, nas linhas de separação, nos limiares entre identidades e alteridades, culturas e territórios. Apesar de, para alguns, existir um mundo sem fronteiras, para a maioria as fronteiras representam cercas intransponíveis. As fronteiras são muros reais e cruéis para milhões de migrantes e refugiados, mas também simbólicas, imaginárias e coloniais por outros tantos milhões de excluídos: cercas (in)visíveis são levantadas para separar frente a frente classes sociais, segmentos ideológicos, grupos de interesses, culturas, raças, gêneros, gerações, religiões e todo tipo de fragmentação e de diferença. Essas cercas verticais, uma vez derrubadas, podem se transformar em pontes: precisamos estar nas fronteiras para proporcionar lugares de encontro e reciprocidade, de diálogo e participação, passagem para ir e vir, construindo novos laços e novas relações. Missão, portanto, é habitar as fronteiras e promover uma cultura do encontro, como disposto pelo papa Francisco (2020a) na Encíclica *Fratelli Tutti* (FT 215).

Em terceiro lugar, a missão acontece necessariamente até os confins da terra, fora dos nossos mundos, cruzando toda fronteira, abrindo caminhos e avançando sempre para águas mais profundas. O caminhar missionário é um caminhar peregrino que vai sempre mais além, impulsionado pelo Espírito a desbravar veredas misteriosas, ousadas e surpreendentes. Esse Espírito nos empurra para fora das nossas tocas, faz-nos abertos ao mundo dos outros, não por um desejo de conquista, nem por um capricho aventureiro, e sim pelo mais singelo espírito de serviço à vida. O Espírito de Cristo faz surgir em seus discípulos e discípulas um “coração sem fronteiras, capaz de superar as distâncias de proveniência, nacionalidade, cor ou religião” (FT 3), capaz de abandonar “todo desejo de domínio sobre os outros” (FT 4) e de sonhar juntos “como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos da mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a sua própria voz, mas *fratelli tutti*” (FT 8). Fundamento de um “coração sem fronteiras” (FT 3) é simplesmente o humano: “dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância” (FT 106).

A missão nos chama constantemente ao dever evangélico de solidariedade, de diálogo e de abertura universal com todos os povos, todas as igrejas, todas as culturas, todas as religiões, também aquelas que não encontramos nas nossas fronteiras. Nós sabemos que temos um tesouro em vasos de barro para oferecer, e que esse tesouro é para a vida de todos, ninguém excluído, para que n’Ele todas as pessoas possam viver: não podemos segurá-lo só para nós. Não podemos mais pensar somente em nossas comunidades, em nossas paróquias, em nossas dioceses, nos nossos pobres, nas nossas crianças, nas nossas famílias: é pequeno demais! Precisamos abrir nossos olhares, nossos corações e colocar nossos pés a caminho. Nosso pensar, nosso coração e nosso caminhar devem ter o tamanho do mundo. Em maio de 2013, o Papa Francisco disse, na Assembleia Geral das Pontifícias Obras Missionária (POM)

Diante da tentação das comunidades de se fecharem em si mesmas – é uma tentação mais frequente, com frequência fecham-se em si mesmas – preocupadas com os seus próprios problemas, a vossa



tarefa consiste em evocar a “*missio ad gentes*”, em testemunhar profeticamente que a vida da Igreja e das Igrejas é missão, e é missão universal (Francisco, 2013).

## 5. A missão *ad gentes* é somente para alguns ou para todo Povo de Deus?

As palavras “missionário” – “missionária” fazem parte de uma terminologia moderna bastante recente. Referem-se aos pregoeiros do Evangelho que deixam suas terras para evangelizar os povos e instituir a Igreja em todo canto do mundo. Na tradição católica, foram prevalentemente as religiosas e os religiosos consagrados que se entregaram à missão *ad gentes*. Graças a seus esforços, temos a presença de comunidades eclesiais em quase todos os países do mundo. Contudo, na tradição protestante, a prevalência foi de simples cristãos e cristãs a se mobilizarem e se organizarem para a missão *ad gentes*. Também, graças a eles, a Palavra de Deus foi anunciada e muitas comunidades foram fundadas.

Hoje as palavras “missionário” – “missionária” são usadas como adjetivo para todos os batizados, para designar sua vocação essencial de viver e anunciar o Evangelho em toda parte:

Em virtude do Batismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. Mt 28,19). Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações (EG 120).

Convenhamos, porém, existirem diferentes atuações que tocam não apenas a forma, mas também o grau de comprometimento e o próprio dinamismo missionário entre o agente de pastoral, em sua paróquia, e a consagrada que está a serviço da missão além-fronteiras em um país muçulmano da África ou Ásia. Papa Bento XVI (2008), na Exortação *Verbum Domini* (VD), lembrou que “a vida consagrada resplandece, em toda a história da Igreja, pela sua capacidade de assumir explicitamente o dever do anúncio e da pregação da Palavra de Deus na *missio ad gentes* e nas situações mais difíceis” (VD 122). Todavia, nos perguntamos por que parece ser preclusa aos leigos e leigas – palavras que nem deveriam existir na Igreja – a participação a esse tipo de missão, quando há muitas pessoas animadas e dispostas a se preparar e partir para integrar projetos missionários além-fronteiras?

Seguem duas considerações a respeito da participação de todo Povo de Deus na missão *ad gentes*. A primeira, refere-se a ser preciso que “nos formemos como discípulos missionários sem fronteiras” (DAp 376), “com coração universal, aberto a todas as culturas e a todas as verdades, cultivando nossa capacidade de contato humano e diálogo” (DAp 377). Isso porque faz parte da nossa catolicidade alimentar uma mística universal, que eleva a compaixão com a humanidade como um todo, com todas as gentes e todos os seres vivos. Essa mística

se expressa na vida cristã de três maneiras: na oração, que é a primeira obra missionária e a mais eficaz, porque faz jus à primazia da ação de Deus no mundo; na partilha dos bens, que manifesta eminentemente a fraternidade e a solidariedade evangélica da comunidade eclesial para com as necessidades de outras igrejas; no engajamento de agentes na cooperação missionária, pois não tem nada de mais testemunhal do que o dom da própria vida. Todas essas ações podem ser compreendidas como cooperação e sinodalidade missionária. A segunda consideração diz respeito ao envio de missionários e missionárias além-fronteiras, o qual se realiza no envio além-fronteiras como uma vocação e um ministério específico, conferido pela Igreja a algumas pessoas chamadas, dispostas e capacitadas. Não há um estado de vida exclusivo para esse serviço: qualquer batizado pode ser enviado para uma missão além-fronteiras, desde que amadureça essa vocação junto com alguma comunidade eclesial e tenha reais condições de participar de algum projeto missionário.

Todavia, o desafio maior para a Igreja, em relação à participação dos leigos à missão *ad gentes*, é repensar acerca da estrutura e da mentalidade que temos a respeito. É realmente difícil para um leigo pensar em ser enviado a outro país sem uma instituição que o ampare, incentive, anime e cuide de sua formação. E nisso, reconheça o seu projeto de vida de formar uma família, de ter um salário digno, ter autonomia, poder contar com uma carreira que valorize seus conhecimentos e suas capacidades. Faz-se necessário instituir um ministério missionário *ad gentes* reconhecido pelas próprias Igrejas locais, ao qual possam ter acesso todos os batizados e as batizadas sem distinção, segundo os vários carismas e ministérios. E no que diz respeito às Igrejas locais sabemos que são elas a principal protagonista da missão junto com o Espírito Santo. Desde que o Vaticano II deixou claro esse reconhecimento, a missão *ad gentes* não é mais uma atividade exclusiva reservada aos institutos missionários especializados, mas é um mandato – o único mandato – que o Senhor deixou à sua Igreja apostólica, e que ela o exerce dentro de seu contexto sociocultural junto aos povos a ela confiados, e fora do seu contexto sociocultural como cooperação missionária com outras Igrejas locais. Ambas as direções representam o compromisso essencial de uma Igreja verdadeiramente missionária e sinodal.

Jamais o “local” deve ser entendido como “particular”, ou seja, uma Igreja não deve cuidar apenas de uma “parte” do Povo de Deus. O Concílio Vaticano II afirma que “todos os bispos são consagrados não só em benefício de uma diocese, mas para salvação de todo o mundo” (AG 38), e que “a graça da renovação não pode crescer nas comunidades, a não ser que cada uma dilate o campo da sua caridade até aos confins da terra e tenha igual solicitude pelos que são de longe como pelos que são seus próprios membros” (AG 36). Inclui aí os presbíteros que “precisam entender muito bem que a sua vida foi consagrada também ao serviço das missões” (AG 39) e que os bispos “enviem alguns dos seus melhores sacerdotes, para as dioceses mais carecidas de clero” (AG 38). Esses são chamados muito sérios que precisamos resgatar. Da mesma forma não podemos contrapor o “local” com o “universal”, não somente no compromisso fundamental de proclamar a mesma fé, a unidade na tradição apostólica e a fidelidade da doutrina entre as diversas Igrejas locais, mas também, e sobretudo, na cooperação missionária. Papa Francisco (2020a) lembra, na Encíclica *Fratelli Tutti* (FT) que “não é possível ser saudavelmente local sem uma sincera e cordial abertura ao universal, sem se deixar interpelar pelo que acontece noutras partes, sem se deixar enriquecer por outras culturas, nem se solidarizar com os dramas dos outros povos”. O perigo que corremos é se fechar no “localismo” que nos torna incapazes “de admirar as múltiplas



possibilidades e belezas que oferece o mundo inteiro, e carecendo duma solidariedade autêntica e generosa". Desse modo, a Igreja local deixa de ser receptiva, "já não se deixa completar pelo outro, e fica limitada nas suas possibilidades de desenvolvimento, torna-se estática e adoece" (FT 146). A América Latina precisa, segundo Galilea, enfrentar "o desafio missionário de 'dar de nossa pobreza' ou de ficar indefinitivamente empobrecidos" (Galilea, 1983, p. 22). Um dos sinais claros do empobrecimento de nossas Igrejas pouco missionárias e pouco universais é o clericalismo.

## 6. A missão *ad gentes* é uma missão impossível?

Por falar em "dar de nossa pobreza", um outro obstáculo decisivo para a promoção da missão *ad gentes* a partir dos muitos países da América é a questão dos recursos humanos e financeiros. A tônica da pobreza nem deveria representar uma dificuldade intransponível, e sim "se transformar num caminho de renovação missionária" (Galilea, 1983, p. 36), mas encontra, de fato, diversos entraves tanto para a Igreja que envia como para a Igreja que recebe: de um lado, o envio missionário se torna inviável por causa dos custos dos projetos; por outro, na outra ponta, as expectativas com as ajudas materiais ficam frustradas. As missões sempre foram sustentadas pelas Igrejas que enviavam missionários com significativos investimentos financeiros, cuja origem vinha da generosidade e da possibilidade de seus benfeitores, bem como da capacidade de organização e de engajamento dessas Igrejas. Isso concorreu para configurar a missão *ad gentes* em torno das obras e dos projetos de desenvolvimento, gerando, não raramente, certa dependência dos seus destinatários.

O caminho inculturado de uma Igreja pobre para outra Igreja pobre é muito mais complexo, não podendo responder a necessidades básicas de seus interlocutores ou corresponder às expectativas criadas ao longo do tempo por uma missão colonial. Sabemos que a missão *ad gentes*, na sua expressão mais pioneira, dificilmente pode se sustentar a curto prazo: pelo contrário, exige investimentos a longo prazo, antes de conseguir se tornar uma realidade autônoma. Missão, do ponto de vista estritamente administrativo, é sempre um "custo" para uma organização, embora seja pura gratuidade. Por isso que, para muitas Igrejas pobres do continente com dificuldade de fechar as contas do mês, a missão *ad gentes* se torna praticamente impossível. Contudo, isso não impede de cultivar esse desejo de alimentar a consciência e a prática missionária em seu próprio meio, assim como lançar sinais, promover iniciativas e elaborar projetos junto a outras Igrejas da província eclesial, com a Conferência Episcopal ou com o auxílio de outras organizações.

Deve-se ter presente que a missão *ad gentes* também está passando por transformações acerca da maneira em como vem atuando. Hoje a missão não se situa mais prevalentemente no âmbito das grandes obras, mas principalmente no âmbito das relações: somos chamados e chamadas a recriar novas relações baseadas na acolhida, na misericórdia, no perdão e na alegria do Evangelho. Missão é feita de se sentar, de ternura, de abraços, de gastar tempo com as pessoas, de confraternizar, de cuidar da vida, das chagas dos crucificados. É preciso se convencer que missão não significa fazer grandes empreendimentos: hoje ela tomou outro rumo, mais místico e contemplativo, mais escondido e humilde, mais servil

e samaritano, mais condizente com a nossa fragilidade e nossa pobreza, que não deixa de ser um sinal profético na contramão do utilitarismo, do que a *Laudato Si* (LS) de Francisco (2015) denomina como “paradigma tecnocrático dominante” (LS 106).

Atenta-se ainda para quem pensa que hoje, para anunciar o Evangelho de Jesus até os confins da terra, é preciso usar meios muito mais baratos, imediatos e super eficazes para alcançar o mundo inteiro: a internet, as redes sociais e até a Inteligência artificial. Sem dúvida, esses meios tecnológicos representam um grande avanço para a humanidade, abrindo caminhos inéditos e interessantes também para a evangelização. Contudo, já Paulo VI, de volta de uma viagem a Uganda em 1969 (cf. Paulo VI, 1969), perguntava por que o Evangelho, que é a verdade revelada, não se difundia *por si mesmo* pelos modernos meios de comunicação, vindo a esclarecer que: “a rede de comunicação da fé deve ser humana para que a mensagem chegue até os corações das pessoas” (Paulo VI, 1969). Em outras palavras, é necessária a proximidade, a ternura, o contato humano, a comunicação de coração a coração... precisa “alguém que vai lá” para que o Evangelho se torne verdadeiramente partilha, comunhão e comunicação. E o Papa conclui: “é paradoxal, mas Deus precisa do ser humano, precisa do missionário” (Paulo VI, 1969). A proximidade e o encontro entre as pessoas fazem toda a diferença.

Imaginemos: para fazer conhecer Cristo ao mundo só precisa do google! Ledo engano. O Papa Bento XVI (2007) afirmou, na Encíclica *Spe Salvi* (SS), que o cristianismo não é uma comunicação de conteúdos até então desconhecidos: a mensagem cristã não é “*informativa*”, mas “*performativa*” (SS 2). Isso significa que o evangelho não é apenas uma comunicação de coisas que não se conhecem, mas é uma comunicação que transforma vidas. Evangelizar não significa apenas fazer com que as pessoas conheçam Jesus, mas que assumam Jesus e seu Evangelho em sua própria vida. Também o jovem rico conheceu Jesus: foi um encontro profundo, intenso, radical. Mesmo assim sua vida não mudou e foi embora triste.

Procuramos fazer com que essa missão *ad gentes* seja verdadeiramente possível, porque há uma maneira muito simples para as pessoas encontrarem Jesus pela primeira vez, que é por meio das nossas pessoas, do nosso abraço, do nosso testemunho, da nossa escuta, do nosso silêncio e das nossas palavras. Depois, com o caminhar eclesial, Jesus se revela mais profundamente na comunidade, na Palavra, nos sacramentos, na oração, na devoção e tudo mais, mas inicialmente ele se anuncia pela proximidade, a ternura e o encontro missionário. Nisso não há nenhum proselitismo: isso é puro coração e pura paixão.

## 7. Conclusão

Apesar de todos os pesares, a missão *ad gentes* da América ao mundo já pertence à caminhada de nossas Igrejas há muito tempo, como se confere a partir dos testemunhos apresentado no CAM6. São testemunhos bonitos, humildes, despojados, destemidos, apesar de não muito conhecidos e reconhecidos. Talvez devamos começar a valorizar mais os nossos missionários e missionárias espalhados pelo mundo afora, para que essa missão se torne uma missão de toda a Igreja encontrada nas Américas. Certamente não é edificante constatar que, em documentos e assembleias eclesiais recentes, não se gaste uma palavra para



falar sobre a importância da missão *ad gentes*. Precisamos trabalhar mais, com coragem e ousadia, na animação missionária deste continente! Sim, falta as Igrejas locais se engajarem muito mais na cooperação missionária e, para isso, é necessário promover e incentivar a organização e a articulação dos organismos missionários em nossos países.

O documento de Aparecida afirma que “o mundo espera de nossa Igreja latino-americana e caribenha um compromisso mais significativo com a missão universal em todos os Continentes” (DAP 376). E *nós sabemos que temos muito a oferecer*, algo original e importante que é o sentido de salvação e libertação, a riqueza de nossa piedade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de nossos ministérios, a esperança e a alegria de nossa fé, de acordo com as conclusões de Puebla nº 368. A América Latina pode se apresentar como um interlocutor privilegiado junto às realidades mais pobres do mundo, na promoção de um novo modelo de missão, de Igreja e de sociedade aguardando o Reino que há de vir.

Sempre devemos lembrar que nós também necessitamos de missionários e missionárias do mundo todo, não somente porque a missão *ad gentes* e os confins do mundo estão no meio de nós, mas também porque a presença dos outros nos enriquece sumamente. A missão impulsiona uma dinâmica circular de reciprocidade e sinodalidade, para que não seja apenas uma ação de mão única, caindo assim na lógica colonial. O Papa João Paulo II observou que “cooperar para a missão, não significa apenas dar, mas também saber receber. Todas as Igrejas, jovens e antigas, são chamadas a dar e a receber da missão universal, e nenhuma se deve fechar em si própria” (RMI 85). Essa reciprocidade e esse intercâmbio são elementos típicos da missão entendida como cooperação. Todavia, isso significa muito mais: a missão se realiza somente em uma obra em conjunto, eminentemente eclesial e sinodal.

Essa missão sinodal *ad gentes*, que habita as periferias, que derruba os muros e cruza as fronteiras, que abre caminhos até os confins da terra, diz respeito à Igreja que somos e à Igreja que queremos ser. Uma frase que se encontra em um dos documentos da Igreja no Brasil de quase 40 anos atrás diz: “a maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária: estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais” (CNBB, 119). Uma Igreja local caminha, evangeliza e é evangelizada, cresce e amadurece à medida que se abre autenticamente ao diálogo junto aos pobres e aos outros até os confins da terra. É a missão que faz a Igreja e não o contrário: a missão vem sempre em primeiro lugar. Por isso, já falamos diversas vezes, nessa aventura da missão *ad gentes* o importante não é o que seremos capazes de realizar, mas que Igreja seremos capazes de nos tornar.

## 8. Referências

BENTO XVI, Papa. **Carta Encíclica *Spe Salvi*** (SS). São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI, Papa. **Conclusões de Puebla**: Evangelizar no presente e no futuro da América Latina (DP). São Paulo: Paulus, 1979.



BENTO XVI, Papa. **Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no Congresso por ocasião do 40º ano do Decreto Conciliar “Ad gentes”**. Roma, 11 de março de 2006. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/march/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20060311\\_ad-gentes.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20060311_ad-gentes.html)>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BENTO XVI, Papa. **Exortação Apostólica pós-sinodal *Verbum Domini* (VB)**. São Paulo: Paulinas, 2008.

BIBLIA BÍBLIA DE JERUSALÉM. **Nova edição revista e ampliada**. São Paulo: Paulus, 2003.

CELAM. **Conclusões de Medellín**: II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (CELAM). São Paulo: Paulus, 1970.

CELAM. **Documento de Aparecida** (DAp): Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM). São Paulo: Paulus, 2007.

CONCÍLIO VATICANO II. Documentos do **Concílio Ecumênico Vaticano II**. CNBB: Brasília 2018.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Dilexit nos***: sobre o amor humano e divino do coração de Jesus Cristo (*DN*). Brasília: CNBB, 2024a.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***, sobre a fraternidade e amizade social (*FT*). Brasília: CNBB, 2020a.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes da Assembleia das POM**. Roma, 17 de maio de 2013. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/may/documents/papa-francesco\\_20130517\\_pont-opere-missionarie.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/may/documents/papa-francesco_20130517_pont-opere-missionarie.html)>. Acesso em: 15 dez 2024.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes na Assembleia das Pontifícias Obras Missionárias**. Roma, 25 de maio de 2024b. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/may/documents/20240525-pom.html>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco à Cúria Romana na Apresentação de Votos Natalícios**. Roma, 21 de dezembro de 2019. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/december/documents/papa-francesco\\_20191221\\_curia-romana.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/december/documents/papa-francesco_20191221_curia-romana.html)>. Acesso em: 15 dez 2024.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco aos participantes no Capítulo Geral dos Missionários da África**. Roma, 13 de junho de 2022. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/june/documents/20220613-missionari-africa.html>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Encíclica *Laudato Si***: sobre o cuidado da casa comum (*LS*). Brasília: CNBB, 2015.



FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (EG). São Paulo: Paulus, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Querida Amazônia***: Brasília: CNBB, 2020b.

GALILEA, Segundo. **Responsabilidade missionária da América Latina**. Tradução José Américo Coutinho. São Paulo: Paulinas, 1983.

JOÃO PAULO II, Papa. A validade permanente do mandato missionário: **Carta Encíclica *Redemptoris Missio* (RMi)**, de 7 de dezembro de 1990. São Paulo: Paulinas, 1991.

MARINS, José; TREVISAN, Teolide M.; CHANONA, Carolee. **América Latina missionária sair ou ficar?** São Paulo: Paulinas, 1984.

PAPE, G. *et al.* **A missão a partir da América Latina**. Tradução Eugenia Flavian. São Paulo: Paulinas, 1983.

PAULO VI, Papa. **Decreto *Ad Gentes***: Sobre a atividade missionária da Igreja (AD). Roma, 7 de dezembro de 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651207\\_ad-gentes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html). Acesso em: 15 dez 2024.

PAULO VI, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***: Sobre a Evangelização no mundo contemporâneo (EN). São Paulo: Paulinas, 1988.

PAULO VI, Papa. **Udienda generale**. Roma, 6 de agosto de 1969. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf\\_p-vi\\_aud\\_19690806.html](https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/audiences/1969/documents/hf_p-vi_aud_19690806.html)>. Acesso em: 15 dez 2024.

Recebido em: 14/04/2025.

Aprovado em: 25/04/2025.